



INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

SARA PEREIRA SILVA CORREIA

**PAPEL E PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE GUINEENSE NO PROCESSO
POLÍTICO DE TOMADA DE DECISÃO (1994-2018)**

REDENÇÃO

2018

SARA PEREIRA SILVA CORREIA

**PAPEL E PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE GUINEENSE NO PROCESSO
POLÍTICO DE TOMADA DE DECISÃO (1994-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

REDENÇÃO

2018

LISTA DAS SIGLAS

CEDEAO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEMGFA - Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CEsA - Centro de Estudos sobre a África, Ásia e América Latina
EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas
HIV - *Human Immunodeficiency Virus*
IDEA - Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral Internacional
INE - Instituto Nacional da Estatística
OGEs - Órgãos de Gestão Eleitoral
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo verde
PRS - Partido da Renovação Social
SAB - Setor Autônomo de Bissau
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UNICEF - *United Nations Children's Fund*
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	6
2 JUSTIFICATIVA	8
3 DELIMITAÇÃO DO TEMA/PROBLEMATIZAÇÃO	10
4 OBJETIVOS	13
4.1 OBJETIVO GERAL.....	13
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
5 HIPÓTESES	14
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
6.1 JUVENTUDE NOS DIAS DE HOJE: DISCUSSÃO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA TEÓRICA.....	15
6.2 PAPEL DA JUVENTUDE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	18
6.3 PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NAS TOMADAS DE DECISÕES NO PROCESSO POLÍTICO: CONTEXTUALIZAÇÃO PARA ENTENDER A REALIDADE BISSAU GUINEENSE.....	20
6.4 A SITUAÇÃO POLÍTICA E A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA GUINÉ-BISSAU	24
7 METODOLOGIA	27
REFERÊNCIAS	28

1 APRESENTAÇÃO

A geração jovem da África está em rápido crescimento, com um terço da população na faixa etária dos 15 aos 35 anos. Ao mesmo tempo, os jovens tendem a afastar-se do processo democrático. Segundo o Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral Internacional (IDEA, 2014), os jovens votam com menos frequência, apresentam-se poucas vezes como candidatos e permanecem sub-representadas em funções de gestão eleitoral. Os órgãos de gestão eleitoral (OGEs) em África desempenham um papel preponderante na promoção da participação de jovens em processos eleitorais. Com isso, entendemos que a sociedade civil e organismos locais devem desenvolver estratégias criativas para a inclusão e o envolvimento de jovens que enquadram nos seus contextos históricos.

Há um sentimento generalizado de que a política tradicional e a democracia representativa – na qual os eleitores determinam o resultado da luta pelo poder nas urnas – não conseguem atrair a atenção de grupos mais jovens, os quais se sentem alienados dos processos políticos.

Acontecimentos recentes têm mostrado que os jovens desempenham um papel crucial na transformação social e política em África. A partir da dissolução do regime do *apartheid* na África do Sul, em princípios da década de 1990, e da Revolução Jasmine na Tunísia, em 2011, as campanhas “Y’en a Marre!” (“Basta!”) e “Mon Carte d’Electeur, Ma Arme” (“Meu Cartão de Voto, Minha Arma”) no Senegal, em 2011-2012, e a terceira revolução no Burkina Faso, em 2014, os jovens lideram as lutas democráticas no continente (IDEA, 2014).

A ideia de falar do papel e da participação da juventude guineense no processo político de tomada de decisão surgiu através das minhas inquietações dos últimos acontecimentos que o país vivencia. Mas antes de abordar o tema, gostaria de apresentar a caracterização geográfica da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau situa-se na Costa Ocidental do continente africano. Faz fronteira com o Senegal ao Norte e, a Leste e a Sul, com a República de Guiné-Conacri. Ela é banhada pelo Oceano Atlântico. Além do território continental, integra ainda mais de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós e tem oito regiões especificamente: Bafatá, Quinara, Gabu, Tombali, Bolama Bijagós, Cacheu, Biombo, Oio e o Setor Autônomo de Bissau (SAB).

Segundo Augel (2007, p. 50), “A Guiné-Bissau é um país plano, o clima é tropical, embora marítimo nas regiões do Leste, no interior, apresenta-se com extensas planícies áridas, enquanto selvas e florestas ocupam a parte ocidental”. Tem muitas riquezas minerais.

Mahyona Bwoc (2016, p. 12) sustenta que:

apesar dessas riquezas minerais, apenas a agricultura, floresta e pesca contribuem na economia do país. Devido à falta de recursos e por ser um país que ainda está em desenvolvimento, com vários problemas políticos, essas riquezas ainda não são exploradas. Agricultura, floresta e pesca são os que mais contribuem na economia, devido ao solo fértil, o que ajuda na produção de uma grande variedade de frutas e legumes. O setor da agricultura é o mais importante para economia guineense: 52,5% abrange 77% dos 52% da população ativa. Os produtos agrícolas mais produzidos são: arroz, frutas frescas e castanhas de caju.

De acordo com M'Bunde (2018), a Guiné-Bissau tem cerca de 1,746 milhão de habitantes e um território de 36.125 km². Conquistou a sua independência como colônia dos portugueses no dia 24 de setembro de 1973, unilateralmente e, em 1974, formalmente, com a liderança do Amílcar Lopes Cabral que foi um dos membros fundadores do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC).

Com o seu tamanho e pelas riquezas naturais que possui, a Guiné-Bissau tinha tudo para se desenvolver, só que não foi o caso, pois, desde sua independência, o país viveu muitos períodos de instabilidade política que dificultaram o seu desenvolvimento. Nenhum presidente ou governo conseguiu terminar o seu mandato, de 1994 (período e primeiras eleições) até o momento atual, outubro de 2018, por causa de golpes de estado ou por morte dos presidentes (tanto por assassinatos ou falecimento). Com os ministros ocorre o mesmo, por conta de demissão ou não aprovação dos seus programas (KOSTA, 2016).

Segundo o Instituto Nacional da Estatística (INE, 2009), a maior parte da população guineense é de jovens, tendo uma falta de população idosa. Sendo jovem a maior parte da população guineense, seria de suma importância estudarmos essa camada, suas contribuições e o papel que tem no desenvolvimento do país. Para isso, terei apoio das ideias de alguns autores que discutiram essa mesma temática, como se poderá ver nos capítulos seguintes.

2 JUSTIFICATIVA

O tema proposto para estudo neste projeto é a questão do papel e da participação da juventude guineense no processo político de tomada de decisão. Esse tema surgiu através das minhas inquietações quanto a alguns acontecimentos e instabilidades que a Guiné-Bissau tem experimentado nos últimos 20 anos.

Depois da proclamação da independência em setembro de 1973, sendo reconhecida oficialmente pelo Portugal no ano 1974, a Guiné-Bissau viveu muitos momentos de instabilidades políticas, principalmente do ano de 1998 aos dias atuais, o que fez com que nenhum presidente da república ou primeiro ministro eleito democraticamente tenha conseguido chegar ao fim do seu mandato. Sempre acontece uma interrupção, que são causadas, além dos golpes militares, também pelo desaparecimento físico dos presidentes, seja por causas naturais ou, no caso dos primeiros ministros, “chefes do governo”, por conta da não aprovação do programa de governo ou não confiança do presidente, o que faz com que sejam demitidos por parte do próprio presidente da república, como rege a Constituição da República. Essas instabilidades políticas têm deixado Guiné-Bissau numa crise sem precedentes, abalando não só o sistema político como todo, mas também quase todas as instituições no país. As pessoas que mais sofrem com isso são as crianças, os jovens e as mulheres.

Durante as crises, não se percebe muito envolvimento dos jovens no processo de tomada de decisão e, como eles constituem uma maioria da população guineense, com certeza têm um papel muito importante no seu desenvolvimento ou na sua formação.

Isso tem me inquietado bastante, por isso a minha motivação pessoal de escolher esse tema para compreender o papel de participação de jovens nos processos políticos de tomada de decisão que envolve a juventude Bissau guineense, sendo que, na atualidade, no que concerne ao desenvolvimento socioeconômico, os jovens têm praticamente um papel secundário.

Algumas pessoas acreditam que os jovens são pilares para o desenvolvimento do país, mas outros entendem que eles são as barras que impedem o seu desenvolvimento. Há jovens que tentam, a todo o custo, assumir suas responsabilidades e estar presentes na liderança do país, principalmente nas tomadas de decisões, mas sempre veem os seus sonhos serem adiados pelos políticos de idades mais avançadas. Por essas e outras razões seria de suma importância estudar os jovens nesse contexto.

A temática que da participação da juventude nas tomadas de decisões foram, na verdade, pouco abordadas: dificilmente se encontra artigos que falam sobre problemas dos

jovens e dos seus direitos, e esse deve ser um dos motivos que os levam a não serem protagonistas dos seus problemas e interesses.

Isso despertou a minha atenção, por isso escolhi falar da questão dos jovens nas tomadas de decisões; não só porque sou jovem, mas porque acredito na potencialidade e na vontade de mudar algo que essa camada possui.

Este projeto de pesquisa é importante, porque mostra a importância da juventude na participação política dentro do aspecto democrático, pois, quando os jovens se envolvem, os regimes autoritários podem cair, e as trajetórias políticas dos países podem mudar. No entanto, a juventude africana, e guineense em especial, tem estado menos envolvida na sequência de tais compromissos críticos sobre os processos de tomadas de decisões. Percepções de exclusão têm resultado em jovens que procuram maneiras alternativas de expressar a sua insatisfação. Quando a frustração atinge níveis elevados, especialmente nos estados em fase de transição e frágeis, os jovens podem voltar-se para a desobediência civil e violência. Portanto, a inclusão da juventude nos processos políticos é crucial para a estabilidade e paz a longo prazo.

Além disso, o envolvimento de juventude na formulação das políticas de amanhã é crucial, porque a participação inclusiva é um direito político e democrático fundamental. Entretanto, a promoção ativa da inclusão de juventude nos processos políticos não se trata apenas de normas, valores e direitos, mas também de política prática. Os grupos mais jovens encontram-se numa situação diferente, e as suas prioridades políticas e socioeconômicas diferem daquelas dos seus homólogos mais velhos.

Tendo crescido num período de transformação relacionado com o aumento do uso de tecnologias de informação e comunicação, os jovens trazem novas visões e ideias para a esfera política. Eles são, portanto, as principais partes interessadas democráticas, um sentimento expresso na Carta Africana da Juventude: “o maior recurso de África é a sua população jovem, e, através da sua participação ativa e plena, os africanos podem superar as dificuldades que estão para vir” (COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA, 2006, p. 1).

Este projeto que depois terá a sua execução no campo, ajudará na desconstrução que guiará a juventude a ser protagonista no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau como um Estado-Nação mais forte e coeso, pois, a partir disso, a juventude conhecerá melhor os seus papéis e as suas responsabilidades e fará com que os políticos comessem a pensar em dar mais oportunidades à camada juvenil. Ainda, este trabalho servirá de auxílio para os que possam vir querer trabalhar com esta temática.

3 DELIMITAÇÃO DO TEMA/PROBLEMATIZAÇÃO

A Guiné-Bissau enfrenta, desde a sua independência unilateral no dia 24 de setembro de 1973, várias instabilidades políticas. Até os dias de hoje, as mesmas instabilidades se configuram em uma temática de grande relevância e preocupação de muitos (as) pesquisadores (as) guineenses e da própria sociedade civil. Assim, o foco desta pesquisa será especificamente entender o papel e a participação da juventude guineense no processo político de tomada de decisão. A análise terá como recorte temporal os anos de 1994 a 2018 e delimitamos os próprios jovens guineenses como o nosso público-alvo. Foi escolhido o período dos anos 1994 a 2018 porque foi nessa época que houve as primeiras eleições e mais complicações políticas, crises institucionais e golpes de estado.

Este trabalho tem como intuito entender o papel e a participação da juventude guineense no processo político de tomada de decisão porque, durante os 45 anos de independência do país, principalmente a partir do ano 1994 até a data presente, 2018, houve e ainda há vários momentos de instabilidade política, inúmeros golpes de estado, vários casos de assassinatos, por exemplo, o caso do ano 2009 que foi marcado por vários casos de assassinatos, conforme aponta Mendes (2010) num texto citado por M'Bunde (2018), o qual relata que o antigo presidente João Bernardo Vieira foi assassinado horas depois do assassinato do chefe de estado maior das Forças Armadas, o General Tagme Na Waie e que, nesse mesmo ano, no mês de junho, foram assassinados Helder Proença, que foi o antigo ministro da Defesa Nacional, e o Major Baciro Dja, que, na altura, era candidato às eleições presidenciais do país (MENDES, 2010, apud M'BUNDE, 2018). Até hoje, não foram revelados os autores desses crimes. Apresentando o contexto deste estudo, cabe reafirmar que o que, aqui, iremos discutir é a participação dos jovens nessa crise política.

A questão é o seguinte: qual é a importância dos jovens no processo de desenvolvimento do país? Qual foi o posicionamento dos jovens durante essa crise política? Por que aos jovens guineenses sempre foram negados o direito à participação? Chegamos a essas perguntas através das minhas experiências como jovem guineense e por ver que o país assumiu vários compromissos. Contudo, esses compromissos só ficam na folha, várias vezes não são cumpridos, como podemos ver na Carta Africana da Juventude, que Guiné-Bissau assinou, documento que reconhece que a juventude é uma parceira para o desenvolvimento sustentável, para a consolidação da paz e a prosperidade da África. É a força motora de um país. Ainda nessa carta, se reafirma que o desenvolvimento do continente africano depende dos jovens, por

isso precisa-se de sua participação ativamente em todos os setores (COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA, 2006), mas esses e mais outros direitos continuam a ser negados para os jovens.

Dentro dessa perspectiva, ainda, não podemos deixar de perceber que as eleições são o cerne da democracia. Por isso, a participação adequada da juventude nos processos eleitorais é uma forma importante de assegurar a inclusão de jovens e sua contribuição para o processo democrático. Porém, a quem se dá essa responsabilidade de assegurar a igualdade de oportunidades de participação da juventude nesses processos? Informalmente, tais compromissos podem conceder aos órgãos responsáveis um papel implícito de remoção de barreiras à participação efetiva da juventude no processo de tomada de decisão política. As estratégias dessas políticas públicas também podem delinear os principais objetivos dos órgãos competentes, que é estabelecer programas e atividades, bem como as parcerias com as partes interessadas, no caso, a juventude, ou estabelecer estratégias para a promoção da sua participação no processo de tomada de decisão.

Portanto, pode-se questionar se essa mesma política privilegia a igualdade de oportunidades na tomada de decisão; pois, tradicionalmente, o Estado tem dado enfoque a programas e atividades que incentivam juventude a votar. Contudo, os programas de educação cívica e eleitoral também aumentam o comprometimento dos jovens para com os valores e princípios democráticos, o seu interesse em assuntos políticos e o conhecimento das oportunidades de envolvimento, e também o seu conhecimento sobre o funcionamento prático das eleições.

Com isso, entendemos que o Estado e a sociedade civil podem contribuir para o reforço da participação da juventude nas esferas políticas ao apoiar a candidatura de jovens às eleições e diferentes esferas de tomada de decisão política. Embora dados sobre a presença de jovens nos parlamentos africanos sejam escassos, sabe-se que o número de jovens parlamentares no continente continua baixo; pois os engajamentos da juventude na esfera política, principalmente nos partidos políticos, têm sido de forma a instrumentalizá-los e não o de melhorar a sua representação geracional, por exemplo, oferecendo formação para os candidatos jovens. Assim, questiona-se: equipar esses candidatos com conhecimento sobre o ambiente de tomada de decisão e quadro legal que regula eleições (incluindo as regras e os regulamentos para a campanha eleitoral) pode ajudá-los a concorrer de forma mais eficaz? Acreditamos que sim, porque a juventude africana é demasiado significativa para ficar à margem do processo democrático de tomadas de decisões importantes para o país, por isso os estados africanos devem trabalhar em programas multifacetados e começar a pensar de modo mais criativo sobre como trazer os jovens a bordo. Especificamente, no nosso entender, precisam começar a usar

uma abordagem mais proativa para trabalhar com a juventude. Mas será que os partidos políticos continuam a ser uma barreira significativa para a participação dos jovens nas estruturas de tomada de decisão devido ao controle que eles exercem na apresentação das listas de candidatos eleitorais ou outras formas de participação? Se esse for o caso, entendemos que devem considerar, portanto, a facilitação de um diálogo interpartidário, grupos de sociedade civil liderados ou voltados para a juventude, a fim de promover acordos mais amplos sobre a necessidade de inclusão de jovens na participação e tomadas de decisões.

No entanto, entendemos que, com espaço para partilhar experiências e explorar maneiras novas e inovadoras de envolver os grupos mais jovens, pois representam o desenvolvimento de recursos humanos importantes para a sociedade, os resultados podem servir como uma importante fonte de inspiração para outras camadas sociais na África.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o papel e a participação da juventude guineense no processo político de tomada de decisão política (1994-2018).

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a relação de poder existentes nas organizações da sociedade civil e do poder político que permite a compreensão do funcionamento de várias áreas, especialmente quando atreladas ao processo de tomada de decisão sobre a juventude;
- Analisar a juventude dentro das mudanças profundas na estrutura social, nomeadamente em termos culturais e de edificação de novas estruturas administrativas e sociais (saúde, educação e justiça);
- Entender a importância dos jovens no processo do desenvolvimento social e político da Guiné-Bissau.

5 HIPÓTESES

H¹ - Os jovens não participam da tomada de decisão política por serem colocados sempre em segundo plano no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau, sendo que há um número gritante de jovens desempregados, e a função pública tem um número elevado de funcionários na idade de reforma, “aposentadoria”, que até hoje estão a ocupar posições de destaque que deveriam ser destinadas aos jovens;

H² - Os jovens querem a todo o custo assumir a liderança do país, principalmente nas tomadas de decisões, porque, nos últimos 24 anos, desde a instauração da democracia no país, os jovens viram os seus sonhos serem adiados.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta parte do projeto, iremos nos ater a um debate teórico com autores que discutem o nosso tema sob diferentes perspectivas, pois o papel e a participação da juventude na política têm despertado atenção de muitos estudiosos e pesquisadores, interesses esses de entender as mudanças que acontecem nesse processo, suas integrações na família, na sociedade e entre outros aspectos.

Para isso, inicialmente explicaremos um pouco do papel e da participação, em que consiste os dois conceitos e como eles estão ligados. Também faremos uma contextualização sobre a situação política na Guiné-Bissau, principalmente a partir dos anos 1994 a 2018, que é o nosso recorte temporal.

Antes de falarmos do papel e da participação da juventude na política, seria muito importante explicarmos um pouco sobre a camada a ser estudada: “Marcada por inúmeras transformações, a juventude vem assumindo hoje um sentido bastante diverso do que assim se compreendia há algumas décadas atrás” (SZAPIRO; RESENDE, 2010, p. 43).

6.1 JUVENTUDE NOS DIAS DE HOJE: DISCUSSÃO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

Segundo a Comissão da União Africana (2006), foi realizada a sétima sessão ordinária da conferência de chefes de estado e de governo em junho de 2006, na qual foi adotada a Carta da Juventude Africana por representantes de diferentes países da África em Banjul, Gambia. Essa carta define a responsabilidade dos Estados que a assumiram no desenvolvimento da juventude e ainda oferece aos governos, sociedade civil e juventude um quadro continental que realça os direitos, os deveres e a liberdade da juventude. Essa carta tem dois capítulos. No seu primeiro capítulo, fala dos direitos e deveres dos jovens e, no segundo, apresenta as disposições finais. Os dois capítulos são constituídos por 31 artigos, com suas alíneas. Um dos objetivos dessa carta:

Consiste em garantir o envolvimento construtivo da juventude no programa do desenvolvimento da África e da sua participação eficaz nos debates e nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento do continente. A carta define um quadro para permitir que os responsáveis pela definição das políticas integrem as questões da juventude em todas as políticas e programas de desenvolvimento. Assim, a carta prevê uma base jurídica para garantir a presença e participação da juventude em estruturas governamentais e fóruns a níveis nacional, regional e continental. (COMISSÃO DA UNIÃO AFICANA, 2006, p. 5)

Ainda em fevereiro de 2015, foi feito um documento que permite aos jovens verem os seus direitos de participar ativamente na defesa pela educação por meio de tomada de decisões, e nela é permitida a inclusão dos movimentos liderados pelos próprios jovens. Esse documento foi reconhecido pela Assembleia Mundial da Campanha Global para Educação. Com esse reconhecimento, viu-se que há a necessidade de apoiar as organizações ou os movimentos juvenis local e nacionalmente (CAMPANHA GLOBAL PELA EDUCAÇÃO, 2017).

Mannheim (1961, p. 41) aponta que: “a juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade”. De acordo com Edgar Morin (2006, apud PEREIRA, 2009, p. 3), defende que a “juventude” é uma “classe de idade” no sentido de que está presente em todas as classes sócias, mas que é transitória, ou seja, se renova perpetuamente, já que os indivíduos só serão jovens durante algum tempo”.

Para Bourdieu (1983), em seu artigo “A juventude é apenas uma palavra”, a juventude é uma construção dos adultos e serve como controle social que estabelece uma divisão de poder. Assim como a adolescência e a velhice, Bourdieu (1983) afirma que a noção de juventude foi inventada pelos adultos para, sobre ela, exercer controle social”. (PEREIRA, 2009, p. 3)

A Comissão da União Africana, de acordo (2006, p. 10, *grifo dos autores*) com a Carta Africana da Juventude, mostra que estão: “**CONVENCIDOS** de que o maior recurso de África é a sua população jovem e que pela sua participação plena e ativa, os africanos podem ultrapassar as dificuldades com as quais estão ultrapassando”.

No Dicionário Houaiss (2010, apud ALBUQUERQUE, 2011, p. 41),

O termo juventude está etimologicamente ligado à novidade. Jovem é aquele ser humano que carrega em si frescor e vitalidade associados à ausência de uma experiência comprovada em sua existência, a qual será adquirida por meio dos caminhos a serem percorridos na trajetória.

Ainda sobre o conceito de juventude, Pappámikail (2010, p. 396) afirma que:

a juventude, se assim se pode chamar o período da vida prévio ao casamento, ou seja, o período onde, para alguns grupos específicos, se verifica alguma independência da família, era até bastante longa se se conferirem os calendários matrimoniais tardios e em limite para a maioridade legal superior ou atual.

A juventude é a fase intermediária entre a adulta e a infância. Essa fase inicia quando a pessoa começa a se sentir madura e nela é que se torna livre para tomar certas decisões de sua vida. É a fase da experimentação. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo

das Nações Unidas Para Infância (UNICEF), Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), a juventude corresponde à idade que vai dos 15 aos 24 anos (RAPOSO, 2014).

Albuquerque (2011, p. 41) afirma o contrário. Para ele:

é um período amplo – de 15 a 29 anos de idade – com grande complexidade e significado social, que traz várias questões para as quais a sociedade contemporânea não tem respostas integralmente formuladas, em função da dinâmica juvenil, juntamente com a ampla diversificação cultural.

Como acima referido, a questão da juventude na política é um dos temas que, nos últimos anos, ocupou o interesse de diferentes pesquisadores, como explica o Pinto (2012). Na Modernidade, esse conceito ocupou os estudos das Ciências Humanas, e muitas áreas do conhecimento buscaram e buscam colocá-lo em relevo.

Para Pais (1990), o desafio de uma Sociologia é a de explorar não apenas as similaridades possíveis ou relativas existentes entre jovens ou grupos de jovens, em termos de situação de vida, expectativas, aspirações e consumos culturais, como também as diferenças sociais que entre eles existem. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 42)

O sociólogo Alemão Mannheim (1968, apud CARRANO, 2012, p. 8) afirmou que: “os jovens se constituem em geração marginal exatamente por reconhecer que esses se encontram a margem do poder social, político e econômico”.

Para Melluci (1994, apud CARRANO, 2012, p. 3), “ser jovem não é tanto um destino, mas implica na escolha de transformar e dirigir a existência”. Já Pinto (2012, p. 43) explica que: “o conceito da juventude tem se configurado, ao longo dos anos, como um campo de disputas entre diferentes perspectivas teóricas certamente relacionadas a distintas concepções sobre a sociedade”.

Nessa linha de discussão, Honwana (2013, apud RAPOSO, 2014) defende a juventude como um conceito antropológico, como construção social nos termos propostos pelos demais sociológicos.

Segundo Galland (2009, apud CARRANO, 2012, p. 85):

Uma nova geração de sociólogos compreende a juventude como uma passagem nova para outra fase da vida, um período de ciclo da vida e não mais apenas como uma subcultura isolada do resto da sociedade ou, ainda, como uma questão puramente ideológica.

Quando se fala da juventude, muitos alegam que os jovens não gostam de participar na política. Mas, se fomos ver, o que na verdade acontece é que não são dadas oportunidades aos jovens de participar nas tomadas de decisões, sua palavra não conta em momentos de tomadas de decisão e, muita das vezes, nem lhes é permitido usar a palavra; o que não é certo, pois o primeiro ponto do quarto artigo da carta que os Estados africanos assinaram mostra de que “todos os jovens têm direito de exprimir e divulgar livremente as suas ideias e as suas opiniões relativamente a quaisquer assunto, sob reserva das restrições previstas pela lei” (COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA, 2006, p. 16).

A maioria dos jovens só são vistas como pessoas importantes nos momentos de campanhas eleitorais, e, quando esse momento passa, ninguém se preocupa com essa camada.

6.2 PAPEL DA JUVENTUDE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Papel é o que determina a função de uma pessoa em certo lugar ou sociedade em que vive. É o que alguém desempenha em uma sociedade. Segundo Martins (2010, p. 4),

nas Ciências Sociais, o papel social define a estrutura social, basicamente como um conjunto de normas, direitos e deveres e expectativas que condicionam o comportamento humano dos indivíduos junto do grupo ou dentro de uma organização.

Esse argumento nos leva a outra reflexão de que:

O papel social representa um esquema de comportamento que temos direito de esperar de uma pessoa, numa dada situação, ou seja, o fato de os comportamentos dos indivíduos se adequarem e refletirem aos padrões da cultura do grupo torna-os, de certo modo, previsíveis, pois, face a uma determinada situação, os indivíduos de um mesmo grupo provavelmente reagirão da mesma maneira. (CARVALHO; VIEIRA, 2008, p. 4)

Ainda para Martins (2010, p. 4), “o papel social é um dos resultados do processo de socialização primário e secundário que merece observação e análise como realidade determinante dos padrões da sociedade e dos indivíduos que dela fazem parte”.

Carvalho e Vieira (2008, p. 5) definiram três conceitos de níveis de papel social:

- **Primeiro Nível: o Papel Institucional**

É o papel que a sociedade impõe perante o lugar que o indivíduo ocupa. Essa situação vê-se nas famílias em que o pai ou a mãe, como responsável da família,

tem o dever de garantir o bem-estar dos seus educandos, garantir-lhe uma boa educação, alimentação e saúde.

- **Segundo Nível: o Papel Individual**

Mediante a personalidade de cada indivíduo, este vai assumir o seu papel perante a sociedade, isto é, cada chefe de família, mediante a sua personalidade, cumpre o seu papel “à sua maneira”.

- **Terceiro Nível: o Papel Interacional**

A sociedade é composta por seres complementares, ou seja, um papel só existe em relação com outros papéis. Por exemplo, o papel do pai implica o papel do filho, o papel do médico implica o papel do doente, o papel do professor implica o papel do aluno.

Na perspectiva da Campanha Global da Educação (2017, p. 1):

O papel fundamental dos jovens nos principais esforços globais de consolidação da paz e desenvolvimento sustentável foi recentemente consagrado em duas resoluções intergovernamentais mundiais. A primeira resolução, A/RES/70/1 da Assembleia das Nações Unidas para 2015, também conhecida como transformar o nosso mundo: a agenda para o desenvolvimento sustentável de 2030, se refere diversas vezes aos jovens como um grupo vulnerável que necessita de empoderamento (artigo 23) e que têm o direito a um “ambiente propício a plena realização dos seus direitos e capacidades” (artigo 24), em especial, no que diz respeito à educação de qualidade e as oportunidades de empregos (artigos 14, 24 e 27). [...] A segunda, a Resolução 2250 do Conselho de Segurança da ONU, enfatiza a importância da participação dos jovens na promoção e manutenção da paz sustentável. Insta os Estados membros e outros a oferecerem oportunidades para que os jovens participem em todos os níveis (artigo 1), reconhecendo e possibilitando os esforços dos jovens em prol da coesão social, da educação, do emprego e do empreendedorismo (artigos 10 e 11).

De acordo com a carta, percebemos um pouco da responsabilidade que os jovens têm, pois o que mais se referiu nesse documento é o seu envolvimento no desenvolvimento do continente, através da sua participação, sendo ela local ou global (Local, através do seu próprio envolvimento físico; global, através das suas pesquisas, identificando problemas e ajudando indiretamente).

Ainda nessa senda, segundo a UNICEF (2014, p. 9), “Os adolescentes e jovens podem desempenhar um papel central também em seu próprio processo de desenvolvimento por meio de aquisição de habilidades, com base na participação social”.

Um dos outros objetivos da Carta da Juventude Africana é:

Estabelecer importantes linhas de orientações e responsabilidades para os Estados membros, com vista à capacitação da juventude em áreas estratégicas fundamentais,

nomeadamente a educação e o desenvolvimento de competências, erradicação da pobreza e a integração socioeconômica da juventude, meios de vida sustentáveis, e emprego juvenil, saúde, paz e segurança, aplicação da lei, desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente. (COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA, 2005, p. 6)

Os governos e a sociedade têm não apenas a responsabilidade de investir na adolescência e na juventude, mas também o papel de desenvolver as ferramentas necessárias para promover e facilitar seu desenvolvimento e sua participação com base no marco dos direitos humanos existentes. É fundamental abrir espaços nas políticas públicas para consolidar princípios e diálogos com esses sujeitos, reconhecendo-os como detentores dos direitos. (UNICEF, 2014, p. 10)

Para dar vida a uma nova África, os governos precisam fazer um bom investimento na juventude. Investir na sua educação, na sua saúde, pois 40% da população africana, segundo a Carta da Juventude Africana, são jovens. Esses jovens têm um papel muito importante no desenvolvimento do seu país, continente e no mundo em que vive, como podemos ver na carta: “finalmente, a carta traça os contornos gerais das responsabilidades da juventude pelo seu próprio desenvolvimento e para com os seus países e continente. Noutras palavras, os direitos consagrados na carta também estão acompanhados de responsabilidades” (COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA, 2006, p. 6).

Com isso, percebe-se que a juventude tem grande papel no processo do desenvolvimento de qualquer que seja a sociedade ou o país em que vive. Um dos seus papéis é contribuir para o desenvolvimento da educação, economia, saúde, entre outros. Esse papel é como uma responsabilidade para os jovens, com isso ele precisa participar, dar a sua contribuição, pois, mais do que ninguém, sabe do que necessita e que responsabilidades carrega.

6.3 PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NAS TOMADAS DE DECISÕES NO PROCESSO POLÍTICO: CONTEXTUALIZAÇÃO PARA ENTENDER A REALIDADE BISSAU GUINEENSE

Muitas pessoas ainda duvidam da juventude, têm um preconceito quanto a essa camada, mas está na hora de os jovens mostrarem o seu potencial, serem a referência e começarem a participar nas tomadas de decisões para o bem do mundo. O importante não é somente participar numa tomada de decisão de algo já discutido, mas sim ser o próprio protagonista.

De acordo com Raposo (2014, p. 25):

o crescente interesse em garantir a participação política da juventude nos processos de tomada de decisão foi pela primeira vez enfatizado durante a reunião da Agenda 21, após a Cimeira do Rio em 2013, Brasil. Nela, os governos do mundo reafirmaram

a necessidade de garantir a participação da juventude em todos os processos de tomada de decisão. Desde então, várias conferências das Nações Unidas voltaram a fazer eco a esta necessidade.

Para Almeida (2008, p. 2), “ao tratar do tema participação, não podemos ignorar o seu conteúdo ideológico. Ou seja, não basta que o jovem participe apenas, mas como se dará esta participação e qual formação tem este jovem são questões fundamentais”.

De acordo com a Campanha Global pela Educação (2017, p. 2-3):

Uma participação significativa e inclusiva é uma experiência transformada pelos jovens. A participação na concepção, na implementação e no monitoramento de projetos e políticas permite que os jovens obtenham novos conhecimentos e habilidades. Integrar os jovens no processo de tomada de decisão promove o seu senso de responsabilidade, responsabilidade e consciência. A experiência que suas vozes não só são ouvidas, mas que são levadas a sério no processo de tomada de decisão, aumenta seu desenvolvimento enquanto estados de espírito democráticos.

A participação é um direito fundamental de qualquer ser humano, por isso seria necessário que qualquer um se beneficiasse dela. A participação nas tomadas de decisões é uma área prioritária fundamental na agenda da Organização das Nações Unidas sobre a juventude (ONU):

Finalmente, a carta traça os contornos gerais das responsabilidades da juventude pelo seu próprio desenvolvimento e para com os seus países e o seu continente. Noutras palavras, os direitos consagrados na carta também são acompanhados de responsabilidades. A juventude não pode esperar que os governos capacitem se ela fizer o contrário, abusando-se a si própria de diversas formas como, por exemplo, abusando dos estupefacientes. (COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA, 2006, p. 6)

De acordo com o Castro (2005, apud CARRANO, 2012, p. 6), “protagonismo juvenil pode ser definido como um tipo de ação de intervenção no contexto social para responder a problemas reais onde o jovem é sempre o ator principal”. Sendo ele o ator principal, permite-se expor melhor as suas preocupações e considerações, pois ele é o próprio dono dos seus problemas. Para Silva (2015, p. 3), “o protagonismo juvenil deve ser fomentado por práticas que estimulam o exercício do poder da juventude por meio da transformação do jovem como sujeito em função do reconhecimento dos seus direitos”.

Num dos artigos da Carta da Juventude Africana que fala da política nacional da juventude, uma das suas alíneas mostra que a elaboração da política da juventude deve ser feita de acordo com problemas dos próprios jovens, e a sua participação deverá ser vista em todos os momentos de tomada de decisão e governo sobre os seus problemas (COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA, 2006).

Na perspectiva de Raposo (2014, p. 25):

A juventude perfaz cerca de 60% da população africana. A sua marginalização ou exclusão dos processos de tomada de decisão, coloca sérios riscos à boa governação e ao desenvolvimento, especialmente porque os principais desafios do desenvolvimento africano têm maior impacto sobre a juventude, como desemprego, HIV, pobreza, etc.

O que se verifica em Guiné-Bissau é que muitos jovens têm vontade de participar das tomadas de decisões dos seus próprios problemas, mas o que, na verdade, acontece é que os políticos elaboram esses problemas e, muitas vezes, tomam decisões pelos próprios jovens, talvez pela não muita confiança neles ou pelo preconceito que têm dessa camada.

De acordo com o Cruz (1985, p. 3),

Entende-se por participação política “a atividade voluntária pela qual os membros de uma sociedade procedem a seleção dos governantes e das formações da opinião pública”, ou, latamente, ainda, “todo o envolvimento significativo nas tomadas de decisões ou pelo menos toda a oportunidade não só de escolher, mas também de influenciar dos que tomam as decisões”.

“A participação é um direito. É também parte integrante do conceito da cidadania, que se expande para além dos direitos individuais e ganha uma dimensão coletiva” (UNICEF, 2014, p. 7). Para Cruz (1985, p. 3), “a participação política não é, portanto, uma variável independente. Pelo contrário, depende tanto da possibilidade objetiva como da vontade subjetiva de tomar parte no processo de produção de decisões políticas”. Portanto, podemos assim dizer que a participação política é uma forma de influenciar afetivamente as políticas locais, regionais e internacionais através de diferentes ações.

Para Carrano (2012, p. 5), “a participação não é um conceito pacífico e nem sempre traz em si princípio generoso de todos no envolvimento dos processos de decisão”. Ainda para ele, “o conceito de participação assumiu, ao longo da história, um sentido democrático, passando quase a ter o mesmo sentido da democracia”.

Uma boa medida para aferir a qualidade de um processo da participação juvenil não se encontra em saber se os jovens podem ou não participar deste ou aquele processo ou espaço político, mas sim em buscar perceber até onde estes, como indivíduos ou coletivos, podem chegar com a participação no sentido de influenciar decisões. (CARRANO, 2012, p. 6)

A participação é um processo de necessidade básica humana, este pode ser percebido desde nossa participação na família, nos grupos e nas associações de base.

O problema da participação política está, pois, historicamente ligado quer a modo de fundar a legitimidade, e, portanto, de verificar o consenso do novo estado de soberania popular, quer a um modo de lutar com meios que podemos chamar de políticos, contra as contradições de desigualdade próprias da sociedade civil. O problema da participação é, portanto, ao mesmo tempo, um problema de consenso e um problema de igualdade. O que significa que é um problema dos modos como se atua concretamente o consenso consciente de uma população nas instituições estatais que a regem; e é um problema dos modos de organização coletiva que consentem agir sobre uma estrutura de desigualdades, pondo em questão, positivamente ou negativamente, os valores que a regem. (CRUZ, 1985, p. 4)

De acordo com a Comissão da União Africana (2006, p. 19-24), através da Carta Africana da Juventude no seu decimo primeiro artigo, a participação dos jovens mostra que:

todos os jovens têm direito a participar em todas as esferas da sociedade. Os estados partes devem tomar as medidas que se seguem para promover a participação ativa da juventude na sociedade [...].

- a) Garantir a participação dos jovens no parlamento e noutros órgãos de decisão, de acordo com as leis em vigor;
- b) Facilitar a criação ou o reforço de plataformas para a participação dos jovens na tomada de decisões aos níveis local, nacional, regional e continental de governação;
- c) Assegurar o acesso equitativo de jovens de ambos os sexos na tomada de decisão de exercício de responsabilidades cívicas;
- d) Dar prioridade às políticas e aos programas que incluem a advocacia para os jovens, bem como ao programa de educação pelos pares destinados aos jovens marginalizados da sociedade, tais como analfabetos e desempregados, oferecendo-lhes oportunidades e a motivação de reinserção na sociedade;
- e) Facilitar o acesso à informação de modo a permitir aos jovens o conhecimento dos seus direitos, assim como oportunidades que lhes são oferecidas para participar nas tomadas de decisões e na vida cívica;
- f) Tomar medidas que visam à profissionalização do trabalho dos jovens e a introdução de programas de formação pertinentes no sentido superior e em outras instituições de formação similares;
- g) Dar assistência técnica e financeira para a capacitação institucional das organizações juvenis;
- h) Adotar políticas e programas voluntários destinados para os jovens aos níveis local, nacional, regional e internacional como um fórum importante de participação da juventude na governação e no desenvolvimento do continente e como um instrumento de formação pelos pares;
- i) Incluir representantes da juventude nas delegações, sessões ordinárias e outras reuniões importantes, de modo a alargar as redes de comunicação e promover debates sobre questões relativas aos jovens.

Considerando que o jovem representa o principal fator para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, “cabe aos agentes públicos e privados proporcionar possibilidades de participação e construção de autonomia no fortalecimento do papel estratégico com a juventude, com oportunidades, garantias de direitos e a valorização da diversidade juvenil” (MACHADO, 2016, p. 228).

Incluir jovens nos debates e nas tomadas de decisões, ajudá-los a serem autônomos e a serem protagonistas deveria ser um desafio de todos nós, pois, se esses jovens não hesitam em participar nos grupos da igreja, das escolas e dos grupos ou círculos das campanhas eleitorais, não teria nenhum mal em eles darem as suas contribuições, mostrarem os seus posicionamentos nos partidos políticos e estarem presentes no momento das tomadas de decisões.

6.4 A SITUAÇÃO POLÍTICA E A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA GUINÉ-BISSAU

Depois da Guerra Civil que teve início no dia 7 junho de 1998 e terminou em maio de 1999, “Tanto os cidadãos da capital Bissau quanto ao governo e o próprio presidente João Bernardo Vieira tratavam esse episódio nos primeiros momentos como um incidente que não teria proporção maiores e que seria imediatamente controlado” (M’BUNDE, 2018, p. 82), o país viveu muitos momentos de instabilidade políticas. E durante todo esse tempo, a participação dos jovens se verifica mais nas campanhas eleitorais.

Falando da situação política na Guiné-Bissau, seria de suma importância explicarmos o que é a política. Na perspectiva do Ranciere (1996, p. 42, apud SPOSITO, 2009, p. 176), a atividade política “é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação do lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz um discurso ali onde só tinha o lugar o barulho”.

Após o conflito, ou seja, no dia 8 de maio de 1999, foi formado o governo de transição e, em novembro do mesmo ano, houve uma outra eleição da qual saiu como vencedor o Partido da Renovação Social (PRS) e o Kumba Yalá foi empossado no dia 3 de janeiro de 2000 e, nesse mesmo ano, foi assassinado o Ansumane Mané¹. De novo, o mandato de Kumba Yala não chegou ao fim, pois ocorreu um novo golpe de estado em 2003, devido aos problemas que o país enfrentava (BWOOCK, 2016).

Em 2004, foram realizadas as eleições legislativas, das quais o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) saiu vencedor, sendo liderado por Carlos Gomes Júnior. O presidente da transição foi Henrique Pereira Rosa (BWOUCK, 2016). Em 2005, foram realizadas as eleições presidenciais, às quais o ex-presidente João Bernardo Vieira se candidatou apesar de ser proibido voltar depois que foi expulso do PAIGC ao ser derrubado pela Junta Militar. Mesmo assim, ele voltou, se candidatou e foi eleito como presidente da república (AUGEL, 2007, apud BWOUCK, 2016).

¹ De acordo com Zeverino (2005), Ansumane Mané foi chefe de estado maior e general das Forças Armadas desde 1994. Ele é da etnia Mandinga da Gambia, nasceu em 1945 e entrou no PAIGC em 1962.

A esse respeito, realça Ricardo Carvalho (2010, p. 92) que:

Mas antes disso, ainda em 6 de outubro de 2004, um levantamento militar das Forças Armadas culminou com a morte do general Veríssimo Correia Seabra, então CEMGFA, e conduziu a nomeação do Baptista Tagme Na Waie para o mesmo cargo de comandante do EMGFA.

Ainda para Carvalho (2010), apesar de muitos momentos de tensão, desde 1998, houve várias tentativas de estabilização político-institucional, mas nunca teve êxito, pois o país continuou com a mesma instabilidade que levou aos terríveis acontecimentos de março de 2009.

Nos dias 1º e 2 de março do ano 2009, foram assassinados o chefe de estado maior das Forças Armadas, Tagme na Waie, e o presidente da república, João Bernardo Vieira. Seu mandato não chegou ao fim, e os autores desses crimes até agora não foram identificados (M'BUNDE, 2018).

Carvalho (2010, p. 94) dá-nos um alerta sobre o acontecimento de abril de 2009:

É interessante a análise desse último caso, pois, além de afastar o presidente, como nos outros casos, nesse, especificamente, mataram o presidente juntamente com o seu antigo inimigo e depois amigo; isso ocorreu por conta dos interesses institucionais e pessoais por parte dos golpistas. Por outro lado, essa mesma cúpula militar, tal como analisamos e muitos outros autores também, é o verdadeiro poder do país.

No dia 12 de abril do ano 2012, houve um outro golpe de estado que aconteceu nos processos eleitorais que antecipavam as eleições depois do desaparecimento físico do presidente da república Malam Baca Sanha. O golpe que foi promovido pelas Forças Armadas. Houve casos de espancamentos e mortes, justificados pela afirmação de que o governo estava produzindo uma aliança com os angolanos que alteravam as Forças Armadas dos dois países (Guiné-Bissau e Angola) que aumentava o nível de segurança para o governo de Carlos Gomes Junior, no qual foram afastados o chefe do governo Carlos Gomes Junior e o presidente interino Raimundo Pereira. Com esse golpe, muitos países cortaram as suas relações de imediato, e alguns, como Irã e Japão, aproveitaram para preencher o espaço deixado para os outros países. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), por sua vez, intensificou a cooperação com o país (SANGREMAN; PROENÇA; MARTINS, 2016).

Percebe-se que a história da política da Guiné-Bissau foi desde os primórdios da independência acompanhada por clivagens, polarizações e conflitos que envolvem os políticos e os militares. É fato que a constituição da república demarca inequivocamente a esfera de atuação dos militares separada dos civis, todavia, em termos práticos, não há limites fronteiriços claros entre o domínio civil e militar, entre a classe política e castrense. (M'BUMDE, 2018, p. 94)

Para Carvalho (2010, p. 74),

O processo colonial está em parte, no cruzamento de vários problemas que a sociedade Guineense está passando hoje, mormente em relação ao papel político das Forças Armadas. Portanto, é oportuno ampliar o debate em torno da Guiné-Bissau, de sua história, dando ênfase principalmente ao estado atual de instabilidade política que envolve a elite governamental, militar, a sociedade cível e o estado atual de transição, arrastado e complicado, que a Guiné-Bissau está passando.

Carvalho (2010) alerta ainda que, para entendermos tudo isso, seria de suma importância trazer os acontecimentos da abertura política aos acontecimentos atuais e mostrar que, na África e na Guiné-Bissau, houve dois episódios que contribuíram para a abertura política nos finais dos anos 1980 e início de 1990.

Um outro acontecimento que marcou a história da Guiné-Bissau foi a demissão do governo de Domingos Simões Pereira, líder do PAIGC, pelo presidente da república José Mario Vaz, no dia 12 de agosto de 2015, após um ano de mandato. Nos últimos três anos, passaram vários governos e, atualmente, o país vivencia uma crise que está abalando todo o seu sistema. Durante esses acontecimentos, o papel e a participação dos jovens guineenses são mais vistos nas marchas de reivindicação. Em outras ocasiões, não são notadas.

Para quem é jovem, para participar numa tomada de decisão, é preciso se afiliar em um dos partidos políticos, se não, você não será visto ou não lhes darão oportunidade, como referiu o Incopte (2014) sobre os desafios e dificuldades que muitos jovens guineenses enfrentam quando pretendem entrar na política. Aí, podemos falar de um sistema implantado que cria barreiras, artilosamente bem montadas, para dificultar a vida dos jovens nesse campo.

O autor ressaltou igualmente que ainda existe o sistema no qual reina o nepotismo e não a meritocracia. Nele, os jovens são submetidos a um teste, caso não deem conta, muitas vezes, são corrompidos. Com isso, podemos perceber que os jovens estão rodeados de muitos obstáculos quando se trata da participação na política, assim como nos momentos de tomada de decisão.

Tendo por base os trabalhos pesquisados, dá para notar que os jovens guineenses participam muito pouco das tomadas de decisões no processo político na Guiné-Bissau, pois, em quase nenhum dos trabalhos feitos, nos deparamos com o envolvimento dos jovens no processo político ou nas tomadas de decisões, não que não queiram, mas o problema é que o sistema político guineense é controlado por certo grupo de pessoas, impossibilitando ou criando-lhes barreiras.

7 METODOLOGIA

Como o foco principal deste trabalho é analisar o motivo da pouca participação dos jovens guineenses nas tomadas de decisão no processo político, o método que será utilizado para recolha e análise de dados é o método qualitativo. De acordo com Gil (2008), método é a forma que traçamos para chegar a uma meta. Para Creswell (2007, p. 184), “a investigação qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados”. Uma das características desta pesquisa é que nela se usa diferentes caminhos para recolha das informações. O pesquisador qualitativo vai sempre ao encontro do pesquisando para observar e fazer alguns registros, a fim de obter imagens, textos, sempre envolvendo o pesquisando nas coletas de informações. O pesquisador vai ao local com a maior naturalidade possível, fazendo do pesquisando uma pessoa próxima.

A pesquisa será feita na Guiné-Bissau e o público-alvo serão os próprios jovens guineenses, por isso faremos uma pesquisa de campo na qual iremos tirar um número de jovens como amostra e teremos como base as fontes que utilizamos ao longo do: livros, teses, dissertações, artigos, jornais e *sites*. Os meios que serão utilizados para obter mais respostas da nossa pesquisa e assim podermos coletar informações para depois analisá-las as entrevistas. De acordo com o Gil (2008), a entrevista é a forma que o investigador utiliza para ganhar algumas informações do investigando, ou seja, conseguir possibilidade de resposta de algumas perguntas. Ela é uma forma de interação social.

Essas entrevistas podem ser presenciais ou por meios de comunicação social e podem ser feitas por diferentes grupos de diferentes pessoas, a fim de obter mais informações para poder avaliá-las depois. As perguntas não devem ser muitas, devem ser claras e suficientemente abertas para que o entrevistado sinta liberdade de se expressar (CRESWELL, 2007).

Também veremos a possibilidade de estender esse trabalho para outros países da qual tem um número elevado de jovens Guineenses que estarão na altura de ajudar na pesquisa. Como foi mencionado anteriormente, iremos ter como base de guia pesquisa bibliográfica que “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 69).

Com as respostas conseguidas nas entrevistas, faremos uma reflexão e análise dessas mesmas respostas, a fim de enquadrá-las no nosso trabalho para detalhar cada conclusão atingida em direção aos objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renato S. Participação política, quando o jovem entra em cena. **Jornal Mundo Jovem**, n. 390, set. 2008. Disponível em: <<http://www.mundojovem.com.br/entrevistas/participacao-politica-quando-o-jovementra-em-cena>>. Acesso em: 17 maio 2018.

ALBUQUERQUE, Alexandre Aragão de. **Juventude, educação e participação política: estudo de caso sobre a participação de estudantes do Ensino Médio do CAIC Raimundo Gomes de Carvalho no Orçamento Participativo de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/alexandre_aragao_de_albuquerque.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escomburo: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BWOCK, Mahyona Fernandes. **A Crise Política na Guiné-Bissau 1998-2012**. Monografia (Bacharelado em Ciências Políticas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/14810/1/2016_MahyonaFernandesBwock.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

CAMPANHA GLOBAL PELA EDUCAÇÃO (CGE). O Direito dos Jovens de Participar na Tomada de Decisões: Documento de Informação. 2017. Disponível em: <http://www.mept.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=101&Itemid=48>. Acesso em: 8 out. 2018.

CARRANO, Paulo. Participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudo recente. **O Social em Questão**, v. 15, n. 17, p. 83-100, 2012. Disponível em: <http://o_socialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Carrano1.pdf>. Acesso em: 19 maio 2018.

CARVALHO, Edgar; VIEIRA, Ivo. **Sociologia: Papel Social e Estatuto Social**. Escola Superior de Gestão de Santarém, dez. 2008. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/24009602-Papel-social-e-estatuto-social.html>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CARVALHO, Ricardo Ossagô. **Que democracia? O processo de transição política guineense e a atuação das Forças Armadas na condução da política nacional (1994-2009)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Piauí, 2010. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/cienciapolitica/arquivos/files/RICARDO_OSSAGO.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018.

COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA. **Carta da Juventude Africana**. 2006. Disponível em: <https://www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/ADF/ADF5/portuguese-african_youth_charter.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Manuel Braga da. A participação política da juventude em Portugal. **Análise social**, v. 21, n. 87-89), p. 1067-1088, 1985. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223480202Y7eVG2cq8Cn79OV1.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA (UNICEF). **Participação Cidadã de adolescentes e jovens**. Brasília: Escritório do representante do UNICEF no Brasil Brasília, 2014. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/4992/participacao_cidada2015.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO PARA DEMOCRACIA E ASSISTÊNCIA ELEITORAL INTERNACIONAL (IDEA). **Electoral Management Design**. Stockholm: IDEA, 2014. Disponível em: <<https://www.idea.int/sites/default/files/publications/electoral-management-design-2014.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

INCOPTÉ, Edson. **O Papel da Juventude na Consolidação do Projeto Nação**. Didinho, 2014. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/OPAPELDAJUVENTUDENACONSOLIDACAODOPROJECTONACAO.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Estado e estrutura da população: III RGPB 2009**. Bissau: INE, 2009. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/estado_estrutura_pop.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018.

KOSTA, Aniran Ykey Pereira Kafft. A problemática do sistema de governo na Guiné-Bissau. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/35110/1/A%20Problematica%20do%20Sistema%20de%20Governo%20na%20Guine-Bissau.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MARTINS, Eduardo S. Os papéis sociais na formação do cenário social e da identidade. **Kínesis**, Marília, Universidade Estadual Paulista, v. 2, n. 4, p. 40-52, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Ospapeissociaisnaformacao.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **As políticas externas brasileira e chinesa para Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

MACHADO, Otávio Luiz Machado (Org.). **Juventudes e sociedade no Brasil: estudos transdisciplinares**. Vol. II. Frutal: Prospectiva, 2016. Disponível em: <<https://www.academica.org/repositorio.digital.uemg.frutal/51.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

PAPPÁMIKAIL, Lia. Juventude(s), autonomia e sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. **Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, v. 20, p. 395-410, 2010. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8809.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2018.

PEREIRA, Claudia da Silva. O conceito de “juventude” na publicidade: modernidade, felicidade, sociabilidade, amizade e liberdade. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32., 2009. **Anais...** Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0741-1.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2018.

PINTO, Geíse Pinheiro. **Juventude e pentecostalismo**: participação social em contexto de favela. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pospsicologia/egressos/dissertacoes-mestrado/dissertacoes-mestrado-defendidas-em-2013/>>. Acesso em: 8 out. 2018.

RAPOSO, Edigio G. Vaz. **Juventude e participação política em Moçambique**. Maputo, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/303974259_Juventude_e_participacao_politica_em_Mocambique>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SANGREMAN, Carlos; PROENÇA, Fátima; MARTINS, Luís Vaz. Guiné-Bissau: a Evolução 2010-2016. **CEsA/CSG Documentos de Trabalho**, n. 148, p. 1-40, 2016. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/images/files/WP148.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2018.

SILVA, Daiany Cris. **Juventude e participação**: a experiência da juventude no debate em conferências. Universidade Estadual de Maringá, 2015. Disponível em: <<http://participacaopolitica.cfh.ufsc.br/files/2017/05/Juventude-e-Participa%C3%A7%C3%A3o-Pol%C3%ADtica-artigo-para-premio-vers%C3%A3o-final.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Vol. II. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. Disponível em: <<http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/EstadoArte-Vol-2-LivroVirtual.pdf>> Acesso em: 29 set. 2018.

SZAPIRO, Ana Maria; RESENDE, Camila Miranda de Amorim. Juventude: Etapa da vida ou estilo de vida? **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 43-49, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a06.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2018.

ZEVERINO, Guilherme Jorge Rodrigues. **O conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999)**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento Centro de Documentação e Informação, Lisboa, 2005.